

JUIZO DA 56ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ. EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇAS E INTIMAÇÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, extraído da Ação Trabalhista movida por **ESPÓLIO DE LUIZ CLAUDIO DA SILVA** em face de **ESPÓLIO DE JOSE MINGOZZI** (Representado por ROSÂNGELA MINGOZZI DO NASCIMENTO, herdeira e administradora provisória dos ESPÓLIOS DE JOSE MINGOZZI E ARMINDA SANTANA MINGOZZI), **GUILHERME DE QUEIROZ ALBUQUERQUE e MERCADAO DE MADEIRAS E CONSTRUCAO RECREIO LTDA - ME**, Terceiros Interessados: **ESPÓLIO DE ARMINDA SANTANA MINGOZZI** (Ciente da Penhora na pessoa de ROSÂNGELA MINGOZZI DO NASCIMENTO, herdeira e administradora provisória dos ESPÓLIOS DE JOSE MINGOZZI E ARMINDA SANTANA MINGOZZI, por petição nos autos – Id. a4ca50e). Processo nº 0000026-21.2013.5.01.0056, na forma a seguir: O(A) DOUTOR(A) **ROSANE RIBEIRO CATRIB**, JUIZ(A) DO TRABALHO DA 56ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO/RJ, FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação com prazo de 20 (vinte) dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente o(s) Executado(s), de que no dia **no dia 20/04/2021 às 11:50 horas**, através do portal de leilão eletrônico www.fabianoayuppleiloeiro.com.br, pelo Leiloeiro Público FABIANO AYUPP MAGALHÃES, telefone (21) 3173-0567, nomeado conforme Fls./ld. f3b33b1, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **27/04/2021 às 11:50 horas, no mesmo portal de leilão eletrônico**, a quem mais der independente da avaliação, submetendo-se o lance ofertado a apreciação do MM. Juízo, o bem penhorado, descrito e avaliado conforme Fls./ld. ad32375, tendo o(s) devedor(es) tomado ciência da penhora conforme Fls./ld. a4ca50e (na pessoa de ROSÂNGELA MINGOZZI DO NASCIMENTO, herdeira e administradora provisória dos ESPÓLIOS DE JOSE MINGOZZI E ARMINDA SANTANA MINGOZZI, por petição nos autos). O Valor da execução é de **R\$351.838,34** podendo ser atualizado. **DESCRIÇÃO DO BEM IMÓVEL:** “Apartamento 101 do edifício a ser construído com o nº 266 pela Rua Joaquim da Silveira, na FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ, com direito a 02 vagas na garagem, e correspondente fração de 0,09 do terreno designado por lote 13 da quadra 42 do PAL. 17.906 que mede em sua totalidade 19.00m de frente e fundos por 35,00m de ambos os lados, confrontando à direita com o lote 14; à esquerda com o lote 12 e parte do lote 11 e nos fundos com o lote 10, todos de propriedade da Recreios dos Bandeirantes Imobiliária S/A ou sucessores. **INSCRIÇÃO MUNICIPAL nº 29798311. Imóvel localizado no Recreio dos Bandeirantes com 118 metros quadrados de área edificada.**”- **LAUDO DE AVALIAÇÃO:** 1 (um) imóvel composto de um apartamento residencial localizado na Rua Joaquim da Silveira, 266, ap. 101 Recreio dos Bandeirantes, com as características e confrontações constantes na certidão do Registro de Imóveis que segue em anexo, que avalio por estimativa por não ter conseguido adentrar no imóvel. **Valor da avaliação: R\$700.000,00.** Não constam na referida certidão imobiliária (matrícula 249148) do 9º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, a existência de ônus, recurso, ou processo pendente. Cientes os Srs. Interessados que: De acordo com a Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica o imóvel não é foreiro e possui débitos de IPTU no valor de R\$ 1.033,19. Segundo a Certidão negativa de débitos do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro não há débitos referentes a taxa de prevenção e extinção de incêndios. De acordo com o art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, bem como o parágrafo único do artigo 130 do CTN e Artigo 908 § 1º do CPC, o bem imóvel penhorado será vendido livre de débitos de condomínio, IPTU

e TAXAS, ficando caracterizada aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário devedor. Na forma do artigo 843 do CPC, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do conjugue mulher alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. A proposta para arrematar o bem de forma parcelada deverá ser conforme o artigo 895 e seguintes do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, **ficando o(s) devedor(es) intimados dos Leilões se não encontrado(s), suprida assim a exigência do inciso I e parágrafo único do artigo 889 do Código de Processo Civil.** Condições da praça: arrematação far-se-á à vista, com 5% de comissão do Leiloeiro e custas de cartório até o limite permitido por lei, facultando-se ao Arrematante o pagamento de sinal equivalente a 20% sobre o valor da arrematação, e o depósito dos 80% restantes a disposição do juízo no prazo de 24 horas. O devedor poderá exercer o direito de remição expressamente previsto no artigo 826 do CPC até o momento anterior a adjudicação ou da alienação dos bens. Em hipótese nenhuma será deferida tal possibilidade após os referidos momentos (artigos 902 e 903 do CPC). **Na hipótese de acordo ou remição após a alienação judicial, o leiloeiro faz jus à comissão (§ 4º do art. 38 do Ato Conjunto 7/2019).** Não tendo expediente forense no dia do leilão, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Importante ressaltar que impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, incorre em violência ou fraude em arrematação judicial, consoante art. 358 do Código Penal - Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e três dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, eu, MONICA CRISTINA ALBIERO SOKIMOTO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, o fiz digitar e subscrevo.